FACULDADES INTEGRADAS DE BAURU
DIREITO

Caio Vinicius de Moura

REGULAMENTAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DE CRIPTOATIVOS

Bauru
2022

Caio Vinicius de Moura

REGULAMENTAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DE CRIPTOATIVOS

**Monografia apresentada às
Faculdades Integradas de Bauru para
obtenção do título de Bacharel em
Direito, sob a orientação da
Professora Dra. Tatiene Martins
Coelho Trevisanuto**

**Bauru
2022**

Moura, Caio Vinicius

regulamentação e tributação de criptoativos. Caio Vinicius de Moura. Bauru, FIB, 2022.

43f.

Monografia, Bacharel em Direito. Faculdades Integradas de Bauru - Bauru

Orientador: Tatiene Martins Coelho Trevisanuto.

1.Criptoativos. 2.Regulação. 3.Tributação. I. Título II. Faculdades Integradas de Bauru.

CDD 340

Caio Vinicius de Moura

REGULAMENTAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DE CRIPTOATIVOS

**Monografia apresentada às
Faculdades Integradas de Bauru para
obtenção do título de Bacharel em
Direito.**

Bauru, 18 de novembro de 2022.

Banca Examinadora:

Presidente/ Orientador: Dra. Tatiene Martins Coelho Trevisanuto

Professor 1: Ms. Tales Manoel Lima Vialogo

Professor 2: Ms. Joana D'arc Teixeira

**Bauru
2022**

Dedico este trabalho aos meus pais, Luciano e Daniela, a minha namorada Nayane pelo apoio e incentivo que sempre me deram além de tudo o que representam para mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, pela minha vida e por me ajudar a ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo do curso.

Gostaria de agradecer e dedicar esta dissertação às seguintes pessoas:

Minha Família, minha mãe Daniela, meu pai Luciano, meu irmão Gabriel, no qual sempre me apoiaram, sem o suporte eu não haveria cursado essa graduação.

À minha namorada, Nayane Orestes, pelo permanente incentivo e companheirismo.

Ao meu amigo e irmão de farda Clinton, pela motivação e manutenção do comprometimento.

Ao Dr. Jurandir Pinheiro, por sempre me socorrer diante das dúvidas e adversidades do meio jurídico.

À minha coordenadora Dra. Valéria Helena Tamião, pelas orientações e ensinamentos.

À minha orientadora Tatiene Coelho, pelo incentivo e por ter aceitado me acompanhar nesse desafio, mesmo diante do ineditismo do tema e as dificuldades a serem superadas.

“Os guerreiros vitoriosos vencem antes de ir à guerra, ao passo que os derrotados vão à guerra e só então procuram a vitória”. (Sun Tzu).

MOURA, Caio. **regulamentação e tributação de criptoativos**. 2022 43f. Monografia apresentada às Faculdades Integradas de Bauru, para obtenção do título de Bacharel em Direito. Bauru, 2022.

RESUMO

O presente trabalho monográfico aborda a regulamentação e tributação dos criptoativos, especialmente com ênfase na indefinição da natureza jurídica no qual se enquadram, gerando diversas discussões sobre a virtude de sua matéria, sendo a ausência de regulação e tributação própria, um potencial criador de lacuna à luz do ordenamento jurídico brasileiro. Foram analisadas as principais definições usualmente nomeadas aos criptoativos, bem como compreender o sistema denominado *blockchain* e a forma de redução de custos incorridos nas intermediações financeiras, enfatizando a necessidade de uma regulamentação diante da evolução constante e acelerada do sistema financeiro, sendo apresentado diversas nomenclaturas dos serviços, dos quais são possíveis no mercado cripto e as transações que compõe e caracterizam o mercado das moedas virtuais, como também, demonstrando as insurgências ao mercado tradicional. De forma exploratória buscou trazer clareza diante da natureza jurídica e, assim, sendo possível determinar a melhor forma de se abordar a sua regulação e tributação, sendo utilizado pesquisas bibliográficas e documentais já publicadas, bem como leis em países estrangeiros, projetos de lei nacionais, trabalhos acadêmicos e pronunciamentos de órgãos governamentais, nacionais e estrangeiros de modo a concretizar a aplicação e funcionamento dos diversos serviços financeiros e as moedas virtuais, sendo necessário uma análise, em matéria de direito comparado, para uma legitimidade e a viabilidade da regulamentação e tributação dos criptoativos.

Palavras-chave: Criptoativos. Regulação. Tributação.

MOURA, Caio. **crypto asset regulation and taxation**. 2022 43f. Monografia apresentada às Faculdades Integradas de Bauru, para obtenção do título de Bacharel em Direito. Bauru, 2022.

ABSTRACT

This monographic work deals with the regulation and taxation of cryptoassets, especially with an emphasis on the lack of definition of the legal nature in which they fit, generating several discussions about the virtue of their subject, being the absence of regulation and taxation of its own, a potential creator of a gap to the light of the Brazilian legal system. The main definitions usually assigned to cryptoassets were analyzed, as well as understanding the so-called blockchain system and the way to reduce costs incurred in financial intermediation, emphasizing the need for regulation in the face of the constant and accelerated evolution of the financial system, with different nomenclatures being presented. services that are possible in the cryptoassets market and the transactions that make up and characterize the virtual currency market, as well as demonstrating the insurgencies to the traditional market. In an exploratory way, it sought to bring clarity to the legal nature and, thus, it was possible to determine the best way to approach its regulation and taxation. Using already published bibliographic and documental research, as well as laws in foreign countries, national bills, academic works and pronouncements from governmental, national and foreign bodies in order to implement the application and operation of the various financial services and virtual currencies, being An analysis, in terms of comparative law, is necessary for the legitimacy and feasibility of regulating and taxing cryptoassets.

Keywords: Crypto Asset. Regulation. Taxation .

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 CRIPTOATIVOS	13
1.1 Definições	14
1.2 Bitcoin	14
1.3 Blockchain	15
1.4 <i>Crypto commodities</i>	17
1.5 Tokens	19
1.5.1 <i>Payment Tokens</i>	19
1.5.2 Utility Tokens	20
1.5.3 Asset Tokens	20
2 A PROBLEMÁTICA DA REGULAÇÃO	21
2.1 Sandbox Regulatório	23
2.2 O Panorama Legal da Moeda no Brasil	25
2.3 Liberdade Econômica	26
3 REGULAÇÃO ESTRANGEIRA	29
3.1 China	29
3.2 ESTADOS UNIDOS DA AMERICA	29
3.3 EL SALVADOR	30
3.4 SUECIA	30
4 REGULAÇÃO NACIONAL	32
4.1 Sistema Financeiro Nacional	33
4.1.1.1 Conselho Monetário Nacional	33
4.1.2 Banco Central do Brasil	34
4.1.3 Comissão de Valores Mobiliários	34
4.2 Parecer de orientação CVM nº 40	35

4.3 Reflexos no Legislativo Para Formalizar	36
CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIAS	
APÊNDICES	
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo propiciar de forma ampla a demonstração da necessidade de uma regulamentação e tributação aos criptoativos, visto a crescente emergência desses ativos, dos quais, não possuem um curso forçado, e seu caráter recente de matéria, demonstra uma dificuldade para a doutrina em qualificar uma definição sobre sua natureza jurídica. A globalização, facilita os avanços e insurgências de novas tecnologias, permitindo cada vez mais o interesse da sociedade em buscar novos meios de serviços e produtos, os criptoativos surgiram com o objetivo de fomentar através da tecnologia e meio digital, novas formas de transações e pagamentos, vislumbra-se que as transações financeiras já eram rotineiras no cotidiano da sociedade, no entanto, necessitava de numerosas burocracias e um maior controle pelas autoridades governamentais.

Evidentemente, afere inúmeras vantagens em se utilizar os criptoativos, bem como, insurge um crescente interesse na utilização, já que possibilita processos instantâneos, realizações de contratos mediante o devido cumprimento das partes, empréstimos entre outros serviços, sem a necessidade de verificação do usuário não sendo possível que o Estado, em princípio, tenha controle ou verifique a identidade real dos participantes, além da inutilidade de um intermediário controlador, entretanto, as discussões internacionais que são debatidas sobre o tema, possuem um grande teor de repercussões, visto que, alguns países consideram os criptoativos como ativos financeiro e outros como moedas digitais, gerando lacunas jurídicas e divergências entre as regulamentações, o que muitas das vezes, são caracterizadas pela proibição ao invés da regulação e tributação, conseqüentemente possibilita que os usuários desses ativos digitais se utilizem da criação de novas tecnologias para desvencilhar dos agentes econômicos, assim mantendo, mesmo com sanções, as transações e serviços.

A segurança irrefutavelmente é um dos preceitos fundamentais para o sistema jurídico, diante dos contínuos avanços da tecnologia e da sociedade, perfaz necessário se utilizar de uma das principais funções do Direito, no qual, é estabilizar de forma pacífica as relações sociais, juntamente acompanhar as demasiadas inovações das sociedades, dos quais, por muitas vezes, vem sendo explorado de diversas formas no âmbito jurídico, mesmo incorrendo nem sempre em plena potencialidade de cumprimento das normas.

É de notar que em virtude da matéria recente, não incorrendo em precedentes do gênero para uma facilidade em sua definição, juntamente com a escassez de doutrina, dificulta o enquadramento jurídico, como resultado gerando uma lacuna para regulação e legislação pertinentes acerca da aplicação da Lei, até mesmo as vantagens e desvantagens advindas da utilização, em nível global, considera-se o tema controverso, com muitas distinções e pouco consenso, evidenciando a demasiada ingerência estatal tanto no âmbito doutrinário como no âmbito econômico.

1 CRIPTOATIVOS

Podemos conceituar de uma maneira popular os *cryptoasset* ou em sua tradução livre para o português de “criptoativos” como sendo, ativos digitais gerados por códigos computacionais, no qual, possibilita com que as pessoas físicas, jurídicas ou coletivamente, utilizem desse meio como um mecanismo de troca, nesse sentido, se torna possível a transferência, armazenamento, comercialização de forma que não se possa ter os dados particulares desses usuários, tampouco a necessidade de um intermediador de autoridade pública ou particular (bancos e empresas).

No âmbito dos ativos digitais, encontra-se a denominação mundialmente conhecida como *cryptocurrency* em uma tradução direta “criptomoeda”, sendo uma junção de sua criptografia juntamente com o termo moeda, evidencia-se a necessidade de mencionar as diferenciações das palavras comumente utilizados. A *cryptocurrency* no qual podemos habituar esse termo para tratar de uma forma generalizada sobre as “moedas” sem distinção entre elas, bem como, muito utilizada para referir as transações geradas entre os usuários, sendo que, os ativos negociados se utilizam a denominação *cryptocoin* restringindo seu termo à uma criptomoeda específica, no qual possui a mesma tradução de “criptomoeda”, no entanto, diferenciada pelas “moedas” diferentes ou iguais dos quais são transacionados, sendo o *Bitcoin* denominada como à *cryptocoin* mais famosa e principal *coin*, desenvolvido com o ideológico de um substituto para a “moeda de papel”, Nakamoto, criador do *Bitcoin* descreve sua criação como “A *Peer-to-Peer Electronic Cash System*” sendo um sistema de transações eletrônicas, sem depender de confiança (NAKAMOTO, 2008).

A despeito dos criptoativos, nos últimos anos, vem se desenvolvendo uma nova denominação abrangida pelos ativos digitais, no qual, busca desenvolver o mercado financeiro, redefinindo a forma com que se obtém e transaciona valores e ativos, denominado *Decentralized Finance* “DeFI” ou em sua tradução livre “Finanças Descentralizadas”, atua como sendo uma rede de protocolos, visando a operação de ativos do mercado financeiro no qual extingue um intermediador e regulamentador, substituindo estes por *smart contracts* ou na língua portuguesa “contratos inteligentes”, dos quais, se baseiam em uma programação que antecede sua concretização, impondo uma condição já estabelecida entre as partes do

contrato, no qual ao atingir o objetivo comum das partes, realiza a execução automaticamente, concluindo a transação, sem a necessidade de um intermediário verificador.

1.1 Definições

Diante dos evidenciados termos técnicos, dos quais se referem a cada tipo de ativo digital, vislumbra-se a necessidade de ser mantido alguns conceitos, atentando para o presente trabalho a prerrogativa de um sistema mundial, intrinsecamente como uma forma de globalização, a literatura escrita ou oral, encontra-se presente na língua inglesa, sendo que, algumas palavras não se pode verificar correspondente exato na língua portuguesa, para uma maior assertividade, perfaz necessário alguns termos serem mantidos em seu idioma original.

1.2 Bitcoin

Diante da maior crise vivenciada desde a Grande Depressão de 1930, o estouro da bolha imobiliária dos Estados Unidos em 2008, em meio aos acontecimentos, decorreu o anuncio de um artigo, no qual se partia da premissa de revolucionar o mercado fiduciário, utilizando-se de uma moeda em forma digital, através de códigos computacionais, dos quais eliminam as entidades intermediadoras e controladoras, surge-se então o intitulado *Bitcoin* por Satoshi Nakamoto (NAKAMOTO, 2008) sendo um pseudônimo cujo o autor é desconhecido, no qual, teve sua real implementação no ano de 2009.

O *Bitcoin* foi desenvolvido e apresentado como uma *coin*, em que, sua sustentação mediante o tempo, advém da sua força de mercado, sendo uma moeda internacional emergente, possibilita a autonomia do individuo, além do escambo, atualmente sendo utilizado para a troca de produtos ou até mesmo um sistema de pagamento. Conforme o mestre em economia da Escola Austríaca, Ulrich (2017, p.10) descreve o *Bitcoin* como:

O Bitcoin tem todas as melhores características do melhor dinheiro, sendo escasso, divisível, portátil, mas vai, inclusive, além na direção do ideal monetário, por ser ao mesmo tempo "sem peso e sem espaço" - é incorpóreo. Isso possibilita a transferência de propriedade a despeito da geografia a um custo virtualmente nulo e sem depender de um terceiro intermediário, contornando, dessa forma, todo o sistema bancário completamente subvertido pela intervenção governamental.

Tendo em vista que o *Bitcoin* possui sua forma digital, no qual foi programado para ter uma função diante os avanços do tempo e tecnologia, sendo o seu meio empregado não ser necessário e nem possível gerar uma forma física, assim reduz seu custo, bem como, ela possui seu valor deflacionário, visto que, possui um limite disponível para serem minerados (gerados), conforme a forma em que foi desenvolvido e programado para ser cerceado, faz previsível uma data para ser gerado o último bloco de *Bitcoin* conforme descreve Antonopoulos (2016, p.10):

O protocolo também reduz à metade, a cada 4 anos, a taxa com que novos bitcoins são criados, limitando, assim, o número total de bitcoins que serão criados a um máximo de 21 milhões de moedas. O resultado é que o número de bitcoins em circulação segue uma curva previsível que alcançará 21 milhões no ano de 2140.

A mineração do *Bitcoin* persiste através de um processo no qual cria novos bitcoins em cada bloco, sendo comparável a um banco central, no qual, acaba “imprimindo” novas moedas e notas, entretanto, no *Bitcoin* como não possui forma física, esse processo de criação de novas moedas virtuais é realizado na própria rede, garantindo com que as transações sejam confirmadas, através da capacidade de processamento destinado ao bloco do qual está sendo criado, quanto maior a capacidade de criar os blocos, conseqüentemente maior será o poder computacional, sendo um investimento com base na confiança pelos “mineradores” Antonopoulos (2016), dos quais recebem determinado valor da moeda, por realizarem através de um processamento físico, cálculos matemáticos dos quais são processados milhares de dados, no período de a cada 10 minutos esses dados após processados são registrados na *blockchain*, gerando o intitulado “bloco”, este é formado com todas as informações de transações feitas durante esse período, o poder computacional total dos mineradores é medido e denominado *Hash rate*, a quantia de dados em cada “bloco” diminui aproximadamente no período de 4 em 4 anos ou ao totalizar 210 mil blocos esse processo é denominado *Halving*.

1.3 Blockchain

A *blockchain* em sua tradução direta para o português “cadeia de blocos” muito se compara em ser um “livro razão”, no qual permite com que uma rede de pagamentos possa ser operacionalizado de forma inteiramente descentralizada, sem

a dependência de um terceiro intermediador como os bancos ou governo, apesar de o *Bitcoin* ter sido o responsável pela disseminação e posterior criação de novas criptomoedas, não apenas o fato de ser totalmente descentralizados fez com que houvesse seu reconhecimento, mas, pela arquitetura dessa nova tecnologia que o sustentava denominada *blockchain*, onde se tem a função de realizar o registo de forma pública ou privada de todas as operações realizadas naquela rede em que houver a transação, cada rede de criptoativos pode ter seu *blockchain* próprio. O reconhecimento dessa tecnologia conforme Burniske e Tatar (2019, p. 25).

O termo *blockchain*, independente de Bitcoin, começou a ser usado mais largamente nos Estados Unidos no outono de 2015, quando duas revistas financeiras proeminentes catalisaram a conscientização do conceito. Primeiro, a Bloomberg Markets publicou um artigo intitulado "Blythe Masters Diz aos Bancos que o Blockchain Muda Tudo: A banqueira que ajudou a dar ao mundo permutas de incumprimento de crédito quer revirar as finanças novamente desta vez, com o código que alimenta o bitcoin". Enfatizando o código que alimenta o bitcoin, esse artigo silenciosamente questionava a necessidade do ativo nativo, em vez de enfatizar a tecnologia por trás dele. Masters era uma figura conhecida e respeitada nos serviços financeiros, alguém que as pessoas associavam à inovação financeira".

Apesar do *blockchain* ter sua fonte de código aberto, no qual, permite o acesso de qualquer pessoa, jurídica ou física, aos registros de transações sem a necessidade de comprovação de dados do usuário, esse fato só se faz possível nas *blockchain* públicas, sendo que, para o sistema financeiro e corporativo privado, o uso dessa tecnologia se faz em rede privada, sem a necessidade de uma moeda de pagamento como recompensa pela mineração dos dados, visto que, o acesso a rede é estritamente controlado e exclusivo.

Embora a rede pública da *blockchain* faz presente na maioria dos projetos quando se trata de criptoativos, a privada muito se utiliza para acelerar e tornar os processos mais eficiente, através de recompensas as entidades responsáveis pela criação do software no qual mantem os computadores, BURNISKE e TATAR (2019).

O processo de criação dos blocos dentro da *blockchain*, parte do princípio do interesse do usuário em que solicita a transação, e do minerador, no qual, irá processar esses dados e validar, assim a rede divide esses processos de dados por prioridades, no qual, o sistema através de um maior pagamento de taxa, faz com que o priorize a execução da validação daquele usuário no qual bonificar financeiramente o minerador, assim inicia o processo de processamento e validação.

Discorre Marinho (2017, p.151):

A tecnologia vem alterar o grau ou até mesmo a necessidade de intervenção estatal para a redução dos custos de transação e geração de confiança entre as partes. Entre as suas aplicações mais conhecidas até o momento estão as criptomoedas. A tecnologia de blockchain pode ser conceituada como um sistema de banco de dados distribuídos que funciona como um instrumento de registro que permite a transferência de valores/informações sem a existência de uma autoridade central de validação. Essa validação é feita de maneira compartilhada e descentralizada por meio de uma rede peer-to-peer. É como se os dados do livro-caixa da empresa fossem gravados, tivessem sua origem e conteúdo confirmados em vários computadores em rede, de maneira quase simultânea, e, uma vez introduzidos, tais dados não pudessem ser mais alterados por uma parte e o acesso ao seu conteúdo estivesse à disposição de todos os membros da rede.

O início da mineração é através da cadeia de blocos anteriores, no qual o minerador, recebe o bloco que o antecede na rede com um selo, após a recepção inicia o processo de um novo bloco através do selo anterior, assim sendo processado os dados e validados, dando origem a um novo bloco, caso esse selo seja alterado, será possível identificar na rede causando a invalidação da transação, caso esse bloco seja validado o minerador recebe sua remuneração e os dados ficam registrados na *blockchain* (ANTONOPOULOS, 2016).

1.4 **Crypto commodities**

Embora o *Bitcoin* seja a maior criptomoeda e a pioneira no segmento, possibilitando o desenvolvimento do mercado de criptoativos, há *crypto commodities* mais tangíveis, como por exemplo o *Ethereum*, idealizado e projetado por Buterin, que em resumo se caracteriza como um computador mundial descentralizado, no qual, permite acesso sem um órgão controlador que podem ser formados durante sua utilização. O *Ethereum* possui sua criação através da utilização de uma *virtual machine*, possibilitando a formação de um recurso virtualmente tangível, denominado EVM (*Ethereum Virtual Machine*) funcionando como uma rede blockchain padrão com seu próprio token (ETH), Burniske e Tatar (2019).

O EVM (*Ethereum Virtual Machine*) possibilita que mais de um usuário o utilize simultaneamente, em qualquer lugar e horário do mundo, assim criando um mercado descentralizado e mundial, o Ethereum possibilitou as transações em

mercados simultâneos e países divergentes, conforme exemplifica Burniske e Tatar (2019, p.56):

Muitos estavam trabalhando em construir este futuro descentralizado em cima do *Bitcoin*, mas isso não era fácil. A flexibilidade de adicionar identificadores a endereços e criar diferentes tipos de transações era propositalmente restrita no *Bitcoin* por questões de escalabilidade e segurança. O *Bitcoin*, afinal, ainda era um experimento. Uma moeda descentralizada era um Santo Graal o suficiente para Satoshi, e ele não teve que dar um passo maior que as pernas. Mas Buterin não estava satisfeito com o *Bitcoin* como ele era e tinha aspirações abrangentes para melhorias. Ele queria um sistema que fosse mais flexível e que se comportasse mais como um computador e menos como uma calculadora de débitos e créditos de balanços de bitcoins.

O termo *Crypto commodities* se refere as criptomoedas legalmente regulamentadas e negociadas como no mercado tradicional, originando o termo “*commodities*”, ambos *Bitcoin* e *Ethereum* são para o sistema de ativos digitais, considerados como *crypto commodities*, visto que, as vendas de títulos são regulamentadas pelos Estados Unidos e outros governos nacionais, entretanto, o mercado de criptoativos pela perspectiva da negativa em termos de regulamentação não se recebe o título, cominando a impossibilidade de classificação no mercado tradicional, sendo apenas possível, as negociações no mercado financeiro livremente como ativos digitais, através das Exchange.

A *Ethereum* trouxe uma inovação em 30 de julho de 2015, vez que, pela primeira vez os mineradores poderiam usufruir de um *blockchain* que lhe proporcionassem assistência, fato esse que influenciou na criação de novas redes, surgindo assim uma imensidão de projetos, com segurança e velocidade, esses projetos surgem como dApp ou de forma mais intrínseca denominados *smart contracts* complexos Burniske e Tatar (2019).

Podemos exemplificar o *Digix Gold Token (DGX)*, no qual, possui a garantia agregada no valor do ouro, surgindo um mercado e possibilidade de se negociar digitalmente o ouro físico, sendo sua representação de cada token ser dividido na forma física por 1 grama do metal, onde esse fica armazenado em local protegido, tendo sua divisão em cada grama, direcionada ao seu proprietário correto, devido ao registro na *blockchain* é possível ao tokenizar o ouro um mecanismo de transporte, no qual, permanece a posse junto ao proprietário como um bem móvel, de forma em que qualquer lugar que esteja, estará registrado permanentemente o possuidor real.

1.5 Tokens

Apesar de a tecnologia da *blockchain* registrar as transações em determinada rede de forma sequencial e principalmente descentralizada, visto que, os criptoativos podem ser considerados ativos digitais gerados por códigos computacionais, estes se fazem de uma forma geral, ativos nativos dos quais dentro dessa rede de programação, surge a possibilidade de criar diferentes formas de utilização, dentro da própria rede, dos quais refletem os direitos digitais de ativos reais registrados na *blockchain* denominando-se *Tokens*, conforme exemplifica Burniske e Tatar (2019, p. 62).

A maioria dos *criptotokens* não tem suporte de seu próprio *blockchain*. Com frequência esses *criptotokens* operam dentro de aplicações que são construídas no *blockchain* de uma *criptocommodity*, como o Ethereum. Para continuar com a analogia da Apple: as aplicações na App Store da Apple não precisam construir seus próprios sistemas operacionais, elas rodam no sistema operacional da Apple.

As possibilidades para *tokenização* são praticamente infinitas, pois permitem a propriedade fracionada e a prova de propriedade (*blockchain*) de ativos tradicionais, entretanto, não se tem definido um consenso sobre a temática e classificação, embora a Autoridade Financeira de Supervisão do Mercado Suíça (2018) passou a definir esses tokens como: *Payment Tokens*, *Utility Tokens* e *Asset Tokens*. Para padronizar as classificações se utilizará como regra as definições da FINMA (*FINANCIAL MARKET SUPERVISORY AUTHORITY*).

1.5.1 *Payment Tokens*

Em sua tradução direta os *Tokens* de pagamentos, são definidos como as criptomoedas em sua forma original, bem como o tipo de ativo mais conhecido, sendo utilizada como um meio de pagamento, majoritariamente como qualquer ativo digital, sua predominância de utilização está no cenário mundial online. São *tokens* que se destinam a ser usados, agora ou no futuro, como meio de pagamento para aquisição de bens ou serviços e até mesmo como reserva de valor (*FINANCIAL MARKET SUPERVISORY AUTHORITY*, 2018).

1.5.2 Utility Tokens

Em sua tradução direta os Tokens de utilidade, são ativos baseado em determinada *blockchain* com o intuito de utilizar para uma ação futura, sendo que seu valor é vinculado apenas para a instituição que o emitiu, sendo destinados a fornecer acesso digital a uma aplicação ou serviço não financeiro (FINANCIAL MARKET SUPERVISORY AUTHORITY, 2018).

1.5.3 Asset Tokens

Em sua tradução direta os Tokens de ativo, possuem como característica trazer para o cenário digital a dimensão do prático e físico, sendo representados esses ativos e objetos do mundo real em tokens lastreados, assim se faz possível esse ativo real diretamente refletir nas características e valores no âmbito digital, assim perfaz a possibilidade de serem garantidos como títulos reguladores financeiros. A propriedade do token garante no mundo digital e real o direito de propriedade sobre o ativo, podendo ser uma dívida ou reivindicação de capital sobre o emitente como: Empresas, juros sobre capital, ações, títulos e derivativos (FINANCIAL MARKET SUPERVISORY AUTHORITY, 2018).

2 A PROBLEMÁTICA DA REGULAÇÃO

Levando em conta que os criptoativos são uma representação digital de valores transacionados, no qual tem proporções cada vez maiores no mercado financeiro mundial, permitindo transações financeiras independentes no sistema *peer-to-peer*, isento de intermediário ou órgão regulamentador, com base em uma tecnologia com o qual permite que a rede em que são operadas essas transações possam ser verificadas pelos minerados e registradas na *blockchain*. O surgimento embora tenha se iniciado em meio a crise financeira vivenciada nos Estados Unidos no ano de 2008, o acesso para esse meio de investimento se dá através de empresas denominadas *exchange*, detentoras de registros legais dos quais devem obedecer ao regimento interno de cada país.

No Brasil, em virtude da lacuna legislativa que versa sobre os criptoativos, criando um sistema sem que haja um órgão fiscalizador e regulamentador dessas empresas, bem como, das transações efetuadas nas *exchange*, mesmo havendo a utilização de forma privada ou singular entre pessoas, muito se utilizam as plataformas oferecidas por essas corretoras de criptoativos por segurança, e pela ineficácia de fiscalização resulta-se na possibilidade de operações livres e descontroladas por parte de usuários e empresas. O Banco Central do Brasil através do comunicado de N° 31.379 se manifestou sobre a impossibilidade da tutela regulamentar dessas corretoras:

As empresas que negociam ou guardam as chamadas moedas virtuais em nome dos usuários, pessoas naturais ou jurídicas, não são reguladas, autorizadas ou supervisionadas pelo Banco Central do Brasil. Não há, no arcabouço legal e regulatório relacionado com o Sistema Financeiro Nacional, dispositivo específico sobre moedas virtuais. O Banco Central do Brasil, particularmente, não regula nem supervisiona operações com moedas virtuais (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017).

No que tange a falta de órgãos regulamentadores e fiscalizadores, as fraudes financeiras, costumam gerar maiores incidências, visto que, se encontra esse tipo de dolo nos mercados tradicionais regulamentados, na forma de uma diminuição desses acontecimentos a Receita Federal instruiu em seu artigo 1º e artigo 6º da Normativa RFB nº 1888/2019 a obrigatoriedade de prestação de contas:

Art. 1º Esta Instrução Normativa institui e disciplina a obrigatoriedade de prestação de informações relativas às operações realizadas com criptoativos à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB).

Art. 6º Fica obrigada à prestação das informações a que se refere o art. 1º:

I - a exchange de criptoativos domiciliada para fins tributários no Brasil;

II - a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no Brasil quando:

a) as operações forem realizadas em exchange domiciliada no exterior; ou

b) as operações não forem realizadas em exchange.

§ 1º No caso previsto no inciso II do caput, as informações deverão ser prestadas sempre que o valor mensal das operações, isolado ou conjuntamente, ultrapassar R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

§ 2º A obrigatoriedade de prestar informações aplica-se à pessoa física ou jurídica que realizar quaisquer das operações com criptoativos relacionadas a seguir:

I - compra e venda;

II - permuta;

III - doação;

IV - transferência de criptoativo para a exchange;

V - retirada de criptoativo da exchange;

VI - cessão temporária (aluguel);

VII - dação em pagamento;

VIII - emissão; e

IX - outras operações que impliquem em transferência de criptoativos.

Observa-se que os criptoativos são inerentes ao sistema financeiro e econômico, embora essa utilização seja possível através da forma *peer-to-peer*, sendo em sua grande maioria pessoas físicas, muitos dos usuários se utilizam no princípio as plataformas oferecidas pelas *Exchange*, possibilitando verificar a utilização de pessoas jurídicas como intermediadores, assim prolatando uma relação de consumo, sujeitando essas corretoras a normas jurídicas internas e internacionais.

As insatisfações governamentais em relação à demasiada ingerência estatal no âmbito econômico concomitante o desenfreado número de investidores se utilizando dos criptoativos para o enriquecimento, resultou em um ônus à Receita Federal, no qual, através da IN 1888/2019 passou a exigir que a posse de moedas virtuais acima de R\$ 5 mil seja informada na aba denominada de “Bens e Direitos” na declaração anual do Imposto de Renda. O investidor que realizar vendas em montante superior a R\$ 35 mil por mês, os eventuais lucros com essas operações estão sujeitos à retenção de imposto de ganho sobre capital, tributo cobrado é o Imposto sobre Ganho de Capital, com alíquota de 15% sobre o que exceder o limite de isenção. Na declaração do Imposto de Renda de 2022 a RFB criou códigos específicos para a declaração dos criptoativos, categorizados com a numeração em:

- 01 - Bitcoin (BTC);
- 02 - Outras criptomoedas, conhecidas como altcoins: Ether (ETH), Binance Coin (BNB), XRP (Ripple), Bitcoin Cash (BCH), Litecoin (LTC), Cardano (ADA), Solana (SOL), Dogecoin (DOGE), entre outros.
- 03 - Stablecoins, como Tether (USDT), Brazilian Digital Token (BRZ), USDC, Binance dólar (BUSD), TrueUSD (TUSD), entre outros.
- 10 - NFTS (Non-Fungible Tokens): Tokens representativos de direitos sobre bens digitais ou físicos, como colecionáveis, obras de arte e imóveis.
- 99 - Outros criptoativos não incluídos nos códigos 1, 2, 3 ou 10: Fan Tokens, Tokens de Precatório, Tokens de Consórcio, Tokens de Crédito de carbono, recebíveis, entre outros.

Por versar em adversidade a dominância e imensidão do mercado tradicional, o sistema financeiro encontra dificuldades para adotar os criptoativos como um investimento, assim constituindo impasse para os governos mundiais aceitarem uma norma estabelecendo uma paridade no que tange as operações de criptoativos, descreve a dificuldade do sistema tradicional financeiro Burniske e Tatar (2019, p. 280) como:

A indústria financeira deve atravessar um pântano de regulações, às vezes, tornando a adaptação a novas tecnologias lenta. Recentemente, a indústria tem mostrado sua idade com várias violações de dados, estruturas quase monopolistas e uso contínuo de ferramentas e modelos desenvolvidos décadas atrás que ainda comandam os sistemas de dinheiro ineficientes em voga hoje. Porém, os Tapscott acreditam que os dias de "Franken-finanças" - esse sistema de finanças complexo, contraditório e, muitas vezes, irracional sob o qual vivemos por muitos anos "estão contados, pois as tecnologias blockchain prometem trazer para a próxima década grande agitação e deslocamento, mas também uma imensa oportunidade para aqueles que a aproveitarem".

As fraudes possuem incidência até mesmo no mercado tradicional, a indústria financeira, sem o controle das transações e com capacidade limitada para a inserção da tecnologia, tende a não prevenir uma diminuição nos crimes, muito pelo contrário, abre precedente para que ocorra os crimes financeiros com mais intensidade, visto a velocidade em que as informações e transações são repassadas na rede, juntamente com a ausência de segurança.

2.1 Sandbox Regulatório

Buscando se averiguar a relação jurídica estabelecida entre a instituição (pessoa jurídica) e o investidor (pessoa física) estabelecendo através de novas

formas de investimentos e se utilizando da tecnologia para incentivar a criação de novos serviços, trazendo uma evolução ao mercado financeiro, em uma tentativa para qualificar os criptoativos e outras inovações que venham surgir, perfaz necessário ter a existência de vínculo entre a instituição e o investidor, tendo em vista as particularidades da relação jurídica através das informações disponibilizadas, gerando um retorno financeiro manifesta-se uma relação de investimento. Conforme disposto no Parecer CVM nº 40 no qual descreve como:

O Sandbox Regulatório é uma iniciativa de acolhimento de novas tecnologias e modelos de negócios inovadores. Além disso, é uma ferramenta para que a Autarquia avalie a necessidade de revisão e atualização de seu arcabouço regulatório à luz da experiência prática dos projetos aprovados. (BRASIL, 2022).

No que se refere a distinção das relações de investimentos, buscando uma maior amplitude e clareza, diferenciando sobre as regras de bens de investimentos e bens de consumo, apesar de não ser possível dimensionar o risco entre o investidor e o emitente, assim não cabe ser possível a tipificação dos criptoativos como relação de consumo, embora não haver nenhuma norma regulamentadora, buscando se beneficiar da tecnologia no qual emanou com o mercado de criptoativos, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), publicou a resolução nº 29 definindo regras para a constituição e funcionamento de um ambiente experimental regulatório, buscando uma segurança jurídica e fomentando a inovação e o mercado de capitais brasileiro, conforme descreve em seu artigo 1º, inciso I da Instrução CVM nº 29:

Art. 1º A presente Instrução regula a constituição e o funcionamento de ambiente regulatório experimental (“sandbox regulatório”), em que as pessoas jurídicas participantes poderão receber autorizações temporárias para testar modelos de negócio inovadores em atividades no mercado de valores mobiliários regulamentadas pela Comissão de Valores Mobiliários.
Parágrafo único. A implementação do sandbox regulatório tem por finalidade servir como instrumento para proporcionar:
I – Fomento à inovação no mercado de capitais.

Assim, com o objetivo de validar e moldar as possíveis normas e regras jurídicas que virão a reger o mercado, se instituiu as diretrizes por meio do que é chamado de *Sandbox* Regulatório.

2.2 O Panorama Legal da Moeda no Brasil

No Brasil o Estado de Direito, regido pela Constituição Federal, institui a competência da União a emissão de moeda, assim possibilitando efetivamente cunhar-se metais e imprimir cédulas, por muito tempo se constituiu os pagamentos tradicionalmente dessa forma. A instituição do Plano Real estabeleceu a criação da moeda fiduciária intitulado “Real” no qual possui curso forçado e poder liberatório conforme descrito em seu artigo 1º da Lei 9.069/95:

Art. 1º - A partir de 1º de julho de 1994, a unidade do Sistema Monetário Nacional passa a ser o REAL (Art. 2º da Lei nº 8.880, de (27 de maio de 1994), que terá curso legal em todo o território nacional.

A constituição prevê em seu artigo 21º, inciso VII e artigo 164º da Constituição Federal a competência da criação e o órgão emissor do Real, conforme descreve:

Art. 21. Compete à União:

VII - emitir moeda;

Art. 164. A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo banco central.

Não basta a existência de Lei impondo o curso forçado e o poder liberatório para que a moeda possa existir, a confiança que a sociedade deposita em sua moeda é fundamental para que ela consiga cumprir suas três funções, podendo ser utilizado como moeda de troca, uma unidade de conta, no qual é possível atribuir preço e por fim, constituir uma reserva de valor. Na obra Sapiens: uma breve história, Yuval Noah Harari afirma que o dinheiro não é uma realidade material e sim uma construção psicológica ou um sistema de confiança mútua. Harari (2012, p.187) afirma:

As pessoas estão dispostas a fazer essas coisas quando confiam no produto da imaginação coletiva. A confiança é a matéria-prima com que todos os tipos de dinheiro são cunhados.

Com os avanços tecnológicos, ensejando os substitutos da moeda deixada nos bancos por questões de segurança, permitiu-se a criação da moeda eletrônica, regido pela Lei 12.865/2013, artigo 6º, inciso VI, define:

Art. 6º Para os efeitos das normas aplicáveis aos arranjos e às instituições de pagamento que passam a integrar o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), nos termos desta Lei, considera-se:

VI - Moeda eletrônica - recursos armazenados em dispositivo ou sistema eletrônico que permitem ao usuário final efetuar transação de pagamento.

A moeda eletrônica, essa que atualmente todos nós vemos ao consultarmos o saldo financeiro das conta bancarias nos aplicativos dos bancos e internet banking, sendo correspondente paritário a uma unidade de moeda soberana ou estatal, assim cada real existente nas contas bancarias geram uma obrigação do banco em entregar a mesma quantia em reais, ou seja, o saldo da conta demonstrado torna-se o titular da conta credor do banco, da mesma forma acontece nos casos em que uma pessoa portando uma nota de cem reais, a torna credora do Tesouro Nacional (emissor da nota). Conforme preceitua Ulrich (2014, p. 36) esse arranjo mostra:

[...] a patente a interferência governamental no âmbito monetário [...] é a antítese de livre mercado; considerá-lo um exemplo de capitalismo exige uma boa dose de elasticidade intelectual.

Por meio do comunicado N º 25.306 de 19 de fevereiro de 2014 o Banco Central do Brasil, propôs a diferenciação dos criptoativos não sendo comparado as moedas eletrônicas regidos na Lei 12.865/2013, nesse diapasão, embora os criptoativos não sejam moedas regulamentadas, podem estes, serem submetidos ao BACEN, elucida que embora não possua uma pacificação dos órgãos competentes no que se refere a permissão de utilização muito se transaciona esses ativos em instituições submetidas a regulação do Banco Central do Brasil.

2.3 Liberdade Econômica

Ao tratar da ordem econômica e social, a legislação conceitua a liberdade econômica, no qual, possibilite uma vida digna, inserindo a liberdade dos indivíduos em igualdade as normas estatais, mantendo os princípios da justiça e as necessidades da vida nacional, conforme a Constituição Federal em seu art. 170, bem como conceitua a liberdade em seu paragrafo único, descrevendo:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existências digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei (BRASIL, 1988).

Os avanços tecnológicos juntamente com a facilidade de acesso as informações, propiciou uma maior liberdade individual e financeira resultando em uma grande oportunidade, nesse diapasão, promulgou-se a Lei nº 13.874 de 2019, no qual, estabeleceu a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica no Brasil, definindo normas à livre iniciativa e ao exercício para atividade econômica, esclarecendo as possibilidades de atuação do Estado como um regulador instruindo normativas, nas áreas econômicas, empresarial, urbanístico, trabalho e nas relações jurídicas, no seu âmbito de aplicação e ordem pública, elenca Barossi Filho (2015, p.12):

Por circular sem supervisão de qualquer autoridade monetária, por não haver garantia de conversibilidade em outra moeda, por inexistir lastro (moedas de curso forçado, ou metais preciosos), esse mercado pode levar a desastres financeiros. Não há como garantir limites de criação dessa mercadoria, portanto, de paridade dessa moeda com qualquer outro bem. Falta-lhe a liquidez típica das moedas de curso forçado. E, nada obstante esses problemas, a criação dessa moeda virtual, expressão do exercício da autonomia privada, não viola norma jurídica cogente.

Se as pessoas, livremente, ajustam entre si que determinado bem tem poder liberatório, serve para liquidar obrigações, embora de circulação restrita, pode-se pensar em riscos que cada uma das partes aceita e assume. Os riscos são alocados pelo contrato. Se, porém, a circulação se expande, a falta de controle ou fiscalização pode facilitar o aumento exponencial dos riscos até que se atinja o limite da incerteza.

A lei desburocratiza e incentiva as relações econômicas privadas, trazendo consigo um âmbito de liberdade, através do princípio da boa-fé objetiva, conseqüentemente uma aptidão para uma diminuição da intervenção estatal, concebendo em seu texto como principais princípios, dentre outros:

Art. 2º São princípios que norteiam o disposto nesta Lei:

I - a liberdade como uma garantia no exercício de atividades econômicas;

II - a boa-fé do particular perante o poder público;

III - a intervenção subsidiária e excepcional do Estado sobre o exercício de atividades econômicas; e

IV - o reconhecimento da vulnerabilidade do particular perante o Estado.

É cabível o reconhecimento de que nem todos possuem o interesse particular de lidar ou conhecer novas tecnologias, porém, perfaz necessário o uso da livre iniciativa, permitindo as escolhas alheias, conforme conceitua Mises (2018, p. 31)

“ninguém deve tentar policiar os outros no intuito de impedi-lo de fazer determinadas coisas simplesmente porque não se quer que as pessoas tenham a liberdade de fazê-las”.

3 REGULAÇÃO ESTRANGEIRA

O objetivo desta seção é fornecer uma breve visão geral de algumas das medidas que alguns países adotam sobre os criptoativos, abordando uma análise superficial sobre os países cuja decisões obtiveram níveis de repercussão mundial, dos quais podem ser inovadoras com o incentivo e aceitação dos criptoativos ou normas proibitivas no qual recai sobre a utilização. Embora não possua uma pacificação global sobre como deve ser utilizado, armazenado ou até mesmo nomeado como ativo financeiro, a polarização política e financeira de cada nação gera um sistema econômico bipartido, associado aos mesmos elementos.

3.1 China

A China um dos países que adotam medidas drásticas contra os criptoativos vem gradualmente impondo maiores regras contra a utilização desses ativos nos últimos tempos, proporcionando uma série de ações significativas com penalidades para quem os utilizarem, os mineradores e *Exchanges* foram interditos em seu território, como uma medida coercitiva criminalizou qualquer transação com criptomoedas, sujeitando o infrator a uma pena de 10 anos de cadeia. (*The Supreme People's Court of The People's Republic of China, 2022*) Embora a China tenha determinado penalizações aos usuários dos criptoativos, o Banco Central Chines criou em abril de 2020 o Yuan Digital (CBDC) ou a criptomoeda estatal, que já vem sendo utilizada em mais de 30 cidades.

3.2 ESTADOS UNIDOS DA AMERICA

O crescimento dos investimentos em criptoativos, correlacionado ao aumento significativos dos denominados *Initial Coin Offerings* (popularmente mais conhecidas, ICOs), operações de emissão de ativos virtuais, elevados números de transações de recursos, captação financeira, fez com que os EUA tivesse de se posicionar de forma mais ampla buscando uma normativa para a utilização, através de comunicado boletim OCC 2021-56 (Office of the Comptroller of the Currency, 2021) foi possível uma exposição maior do governo federal, buscando estabelecer

iniciativas para fornecer maior clareza sobre permissibilidade, segurança e solidez, garantindo uma proteção ao consumidor e conformidade com leis e regulamentos existentes dos quais versam sobre as atividades bancárias relacionadas aos criptoativos.

Buscando o avanço na regulamentação dos ativos digitais o Governo dos Estados Unidos emitiu dia 09 de março de 2022, uma ordem executiva com propostas para a iniciativa dos órgãos reguladores federais como é o caso da *Securities and Exchange Commission* (SEC) e da Comissão de Negociação de Futuros de *Commodities* (CFTC) para que adotem uma abordagem em sintonia para a regulamentação e supervisão dos ativos digitais. É válido mencionar que embora tenha sido uma Ordem Executiva Federal a autonomia e os conceitos relacionados às moedas digitais, na legislação já existente no país, são de responsabilidade estadual, a jurisdição norte-americana e a forma que são regidos a legislação, embora tenha âmbito federal tem como função apenas conceder égide legal para criação de legislações a nível estadual.

3.3 EL SALVADOR

El Salvador devido sua falta de uma moeda corrente nacional, sendo utilizado o dólar como formas de pagamento no país, foi incipiente tornando o Bitcoin (BTC) em moeda circular oficial com curso legal no país, juntamente com o dólar, conseqüentemente estimulou outras economias americanas a buscarem regulamentação das criptomoedas.

A aprovação do Bitcoin causou diversas repercussões mundiais sobre as possíveis conseqüências e avanços que poderão surgir, embora, muitos países não possuam regulamentação El salvador será uma forma de entender o mercado e as possíveis formas de regulação, há de ressaltar que um dos principais temores é de que o país possa ser atrativo para criminosos realizarem a prática de lavagem de dinheiro com os criptoativos.

3.4 SUECIA

A Suécia possui uma legislação mais favorável para utilização dos criptoativos, sendo considerado o Bitcoin como uma moeda legítima para realização

de pagamento e no que se refere a prestação de serviços implica a título oneroso sob a forma da operação de câmbio, não sendo passível de tributação essa forma de transação, embora, não gere tributos nas transações de pagamentos a legislação prevê a taxaço nas operaçoes que envolvam mineraço, mas desde que possuam volumes equivalentes de 25 bitcoins por ano, decisào pacificada no processo C-264/14 Acórdão do Tribunal de Justiça (Quinta Secço) de 22 de outubro de 2015.

4 REGULAÇÃO NACIONAL

Uma compreensão completa do assunto a ser regulado é parte integrante de qualquer processo regulatório, diante disso, corrobora que o mercado de criptoativos é uma formalização do meio digital para resolução de problemas reais, trazendo uma maior liberdade e desburocratização, principalmente no âmbito das relações de consumo, conforme preceitua Ulrich (2014, p. 23-24):

Em primeiro lugar, Bitcoin é atrativo a pequenas empresas de margens apertadas que procuram formas de reduzir seus custos de transação na condução de seus negócios. Cartões de crédito expandiram de forma considerável a facilidade de transacionar, mas seu uso vem acompanhado de pesados custos aos comerciantes. Negócios que desejam oferecer aos seus clientes a opção de pagamento com cartões de crédito precisam, primeiro, contratar uma conta com as empresas de cartões. Dependendo dos termos de acordo com cada empresa, os comerciantes têm de pagar uma variedade de taxas de autorização, taxas de transação, taxas de extrato etc. Essas taxas rapidamente se acumulam e aumentam significativamente o custo dos negócios. Entretanto, se um comerciante rejeita aceitar pagamentos com cartões de crédito, pode perder um número considerável de suas vendas a clientes que preferem o uso de tal comodidade. Como Bitcoin facilita transações diretas sem um terceiro, ele remove cobranças custosas que acompanham as transações com cartões de crédito.

Embora o entendimento esteja direcionado ao *Bitcoin* por ser a moeda digital de maior representatividade, verifica-se que é um meio atrativo de pagamento, inclusive para os microempreendedores cujas empresas tendem a ter custos reduzidos de gastos, compreende-se que é uma ferramenta de articulação financeira, do qual, exime do custo de um terceiro intermediário, gerando uma menor burocratização e conseqüentemente maiores lucros financeiros.

O sistema financeiro nacional é altamente impactado pelas diferentes tecnologias e possibilidades geradas diante dos criptoativos, o setor da economia é amplamente atingido tendo como necessidade uma maior regulamentação frequente nas diversas jurisdições, pois trata-se de um ambiente no qual possui falhas acentuadas e evidentes, assim necessitando de intervenções regulatórias. As regulações financeiras tendem a assegurar e estabilizar as mudanças financeiras, regendo padrões para o correto funcionamento diante das circunstâncias vivenciadas, sendo obrigado a criar órgãos para determinadas áreas econômicas, evitando crises financeiras.

4.1 Sistema Financeiro Nacional

A formação do Sistema Financeiro Nacional (SFN) é composto por entidades e instituições dos quais são os responsáveis por realizarem as intermediações financeiras em território brasileiro, sendo a base para que se permita a realização de transações de empresas, pessoas e governo, movimentando ativos, pagamento de credores e investimentos. O Sistema Financeiro Nacional está disposto no artigo 1º da Lei nº 4.495/1964, no qual estrutura e regulamenta as instituições monetárias, bancárias e creditícias, definindo:

Art. 1º O sistema Financeiro Nacional, estruturado e regulado pela presente Lei, será constituído:
I - do Conselho Monetário Nacional;
II - do Banco Central do Brasil;
III - do Banco do Brasil S. A.;
IV - do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico;
V - das demais instituições financeiras públicas e privadas (BRASIL, 1964)

Embora a égide seja o Sistema Financeiro Nacional, este apenas possibilitou a criação dos órgãos reguladores, sendo objeto de estudo principal os criptoativos, limitar-se-á a pesquisa aos órgãos do Conselho Monetário Nacional (CMN) o Banco Central do Brasil (BCB) e à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), regido pela Lei nº 6.385/1976.

4.1.1.1 Conselho Monetário Nacional

O Conselho Monetário Nacional (CMN) cuja competência consiste em supervisionar e fiscalizar o Mercado Financeiro possui o conceito de colegiado, no qual, o CMN é o órgão superior do Sistema Financeiro Nacional, sendo uma autoridade monetária, este determina as regulações para que o Banco Central execute, como disposto no site do Banco Central do Brasil:

O Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão normativo responsável pela formulação da política da moeda e do crédito, ou seja, é a instância de coordenação da política macroeconômica do governo federal. É no CMN em que se decide a meta para a inflação, as diretrizes para o câmbio e as normas principais para o funcionamento das instituições financeiras, entre outras atribuições (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022).

As atividades dos quais são pertinentes ao Conselho Monetário Nacional em sua maior parte são atividades regulamentadas referentes a moeda nacional, manutenção para uma maior conformidade com o mercado financeiro estipulando regramento para que todas as empresas e instituições que atuam no sistema financeiro nacional têm de cumprir, mantendo o desenvolvimento socioeconômico do país.

4.1.2 Banco Central do Brasil

O Banco Central do Brasil (BACEN) é uma autarquia federal autônoma, no qual, foi criado pela Lei nº 4.595/1964 para executar as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional, embora tenha autonomia diante dos órgãos públicos, não havendo subordinação direta a nenhum outro órgão, possui fiscalização do governo Federal, conforme descreve no próprio site do Banco Central do Brasil:

Compete ao Banco Central do Brasil (BCB) garantir o cumprimento das normas do CMN. O BC monitora e fiscaliza o sistema financeiro e executa as políticas monetária, cambial e de crédito. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2022).

Embora seja uma autarquia que depende das regulações do Conselho Monetário Nacional, o Banco Central do Brasil é responsável por atuar juntamente com o controle das instituições financeiras, estabelecendo quais podem ou não ter atuação no Brasil, sendo que para empresas estabelecerem operações no mercado financeiro, estará sujeito a fiscalização do BACEN e necessitam de sua autorização.

4.1.3 Comissão de Valores Mobiliários

A Comissão de Valores Mobiliários criada pela Lei nº 6.385/1976, embora com a promulgação da Lei 10.303/2001, da Medida Provisoria 8/2001, no qual posteriormente foi convertida na Lei 10.411/2002, foi drasticamente alterada, estabelecido como uma autarquia federal, no qual se vincula ao Ministério da Fazenda, conforme a Lei 10.411/2002, em seu artigo 5º, descreve:

Art. 5º É instituída a Comissão de Valores Mobiliários, entidade autárquica em regime especial, vinculada ao Ministério da Fazenda, com personalidade

jurídica e patrimônio próprios, dotada de autoridade administrativa independente, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes, e autonomia financeira e orçamentária.

A Comissão de Valores Mobiliários é responsável por fiscalizar o mercado de ações, incumbindo-se de regulamentar e fiscalizar as atividades da bolsa de valores, das companhias emissoras de valores mobiliários, dos intermediários que operam sob a sua esfera de competência, possui autoridade administrativa independente, tendo ausência de subordinação hierárquica, garante mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes com autonomia financeira e orçamentária (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2020).

4.2 Parecer de orientação CVM nº 40

A necessidade de uma maior clareza no que tange aos pronunciamentos para uma regulação, mesmo sem haver um consenso, a Comissão de Valores Mobiliários emitiu uma normativa recente em 14 de outubro de 2022 denominado “Parecer de Orientação CVM 40”, instruindo e pacificando o entendimento da Autarquia sobre como devem ser classificados os criptoativos no mercado de valores mobiliários, embora seja o mais recente posicionamento de um órgão brasileiro, gerou-se um precedente para o início da regulamentação e tributação.

Embora a CVM tenha consolidado seu entendimento e orientações no que se refere a regulação dos criptoativos no Brasil e suas definições, observa-se que também se criou uma maior relação com o mercado de valores mobiliários. O documento apresentado, trouxe diretrizes para os limites de atuação da Autarquia, bem como, seus agentes, além de indicações para uma normatização, criando facilidades na supervisão, fiscalização e disciplina junto aos operadores do mercado financeiro (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2022). Em seu parecer, a CVM adotou as seguintes taxonomias para os criptoativos:

Token de Pagamento (payment token): possui a semelhança de utilização de uma moeda fiduciária, possuindo um valor associado a unidade de conta, meio de pagamento e reserva de valor;

Token de Utilidade (utility token): sendo um ativo com a função de adquirir ou acessar determinados produtos ou serviços, fornecendo um acesso digital a uma aplicação ou serviço não financeiro.

Token de Ativo (asset tokens): representa um ou mais ativos, tangíveis ou intangíveis, sendo referenciados esses ativos e objetos do mundo real em

tokens lastreados na forma digital, dentre os mais variados sistemas os NFT (*Token* não fungível) possui a maior representatividade de utilização nessa categoria.

Vale ressaltar que embora necessite de regulamentação o mercado de criptoativos com o parecer normativo da CVM trouxe instruções e determinações diante da natureza desse ativos, determinando que os criptoativos dos quais se amoldem nas circunstâncias do art. 2º da Lei nº 6.385/76, estes serão considerados valores mobiliários, sendo os emissores obrigados a cumprir com as regras estabelecidas neste tipo de classificação de ativos e assim sendo sujeitos a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

4.3 Reflexos no Legislativo Para Formalizar

O uso dos criptoativos, de forma evidente, teve um crescimento assimétrico, nos últimos anos, se comparado aos meios de pagamento tradicionais, a lacuna da regulamentação e controle, não impossibilitou esse crescimento, mesmo sem a estrutura necessária para fiscalização dos ativos digitais, seu uso está gradualmente crescendo, causando assim uma maior necessidade de regulamentação

Ao panorama da insegurança jurídica, enquanto a regulação das atividades dos quais envolvem os criptoativos, já se encontra julgado no Superior Tribunal de Justiça, o RESP 1.696.214 decidiu ser lícito a uma Instituição Financeira encerrar a conta corrente de corretora de criptoativos, mediante prévia notificação. Abaixo segue Ementa:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PRETENSÃO EXARADA POR EMPRESA QUE EFETUA INTERMEDIÇÃO DE COMPRA E VENDA DE MOEDA VIRTUAL (NO CASO, BITCOIN) DE OBRIGAR A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA A MANTER CONTRATO DE CONTA-CORRENTE. ENCERRAMENTO DE CONTRATO, ANTECEDIDO POR REGULAR NOTIFICAÇÃO. LICITUDE. RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

1. As razões recursais, objeto da presente análise, não tecem qualquer consideração, sequer “an passant”, acerca do aspecto concorrencial, em suposta afronta à ordem econômica, suscitado em memoriais e em sustentação oral, apenas. A argumentação retórica de que todas as instituições financeiras no país teriam levado a efeito o proceder da recorrida — único banco acionado na presente ação —, ou de que haveria obstrução à livre concorrência — inexistindo, para esse efeito, qualquer discussão quanto ao fato de que o Banco recorrido sequer atuaria na intermediação de moedas virtuais —, em nenhum momento foi debatida nos

autos, tampouco demonstrada, na esteira do contraditório, razão pela qual não pode ser conhecida.

1.1 De igual modo, não se poderia conhecer da novel alegação de inviabilização do desenvolvimento da atividade de corretagem de moedas virtuais — a qual pressupõe ou que o banco recorrido detivesse o monopólio do serviço bancário de conta-corrente ou que todas as instituições financeiras atuantes nesse segmento (de expressivo número) tivessem adotado o mesmo proceder da recorrida —, se tais realidades não foram em momento algum aventadas, tampouco retratadas nos presentes autos.

1.2 Essas matérias não de ser enfrentadas na seara administrativa competente ou em outro recurso especial, caso, necessariamente, sejam debatidas na origem e devolvidas ao conhecimento do Superior Tribunal de Justiça, o que não se deu na hipótese, ressaltando-se, para esse efeito, que memoriais ou alegações feitas da Tribuna não se prestam para configurar prequestionamento.

2. O serviço bancário de conta-corrente afigura-se importante no desenvolvimento da atividade empresarial de intermediação de compra e venda de bitcoins, desempenhada pela recorrente, conforme ela própria consigna, mas sem repercussão alguma na circulação e na utilização dessas moedas virtuais, as quais não dependem de intermediários, sendo possível a operação comercial e/ou financeira direta entre o transmissor e o receptor da moeda digital. Nesse contexto, tem-se, a toda evidência, que a utilização de serviços bancários, especificamente o de abertura de conta-corrente, pela insurgente, dá-se com o claro propósito de incrementar sua atividade produtiva de intermediação, não se caracterizando, pois, como relação jurídica de consumo — mas sim de insumo —, a obstar a aplicação, na hipótese, das normas protetivas do Código de Defesa do Consumidor.

3. O encerramento do contrato de conta-corrente, como corolário da autonomia privada, consiste em um direito subjetivo exercitável por qualquer das partes contratantes, desde que observada a prévia e regular notificação.

3.1 A esse propósito, destaca-se que a Lei n. 4.595/1964, recepcionada pela Constituição Federal de 1988 com status de lei complementar e regente do Sistema Financeiro Nacional, atribui ao Conselho Monetário Nacional competência exclusiva para regular o funcionamento das instituições financeiras (art. 4º, VIII). E, no exercício dessa competência, o Conselho Monetário Nacional, por meio da edição de Resoluções do Banco Central do Brasil que se seguiram, destinadas a regulamentar a atividade bancária, expressamente possibilitou o encerramento do contrato de conta de depósitos, por iniciativa de qualquer das partes contratantes, desde que observada a comunicação prévia. A dicção do art. 12 da Resolução BACEN/CMN n. 2.025/1993, com a redação conferida pela Resolução BACEN/CMN n. 2.747/2000, é clara nesse sentido.

4. Atendo-se à natureza do contrato bancário, notadamente o de conta-corrente, o qual se afigura intuitu personae, bilateral, oneroso, de execução continuada, prorrogando-se no tempo por prazo indeterminado, não se impõe às instituições financeiras a obrigação de contratar ou de manter em vigor específica contratação, a elas não se aplicando o art. 39, II e IX, do Código de Defesa do Consumidor. Revela-se, pois, de todo incompatível com a natureza do serviço bancário fornecido, que conta com regulamentação específica, impor-se às instituições financeiras o dever legal de contratar, quando delas se exige, para atuação em determinado seguimento do mercado financeiro, profunda análise de aspectos mercadológico e institucional, além da adoção de inúmeras medidas de segurança que lhes demandam o conhecimento do cliente bancário e de reiterada atualização do seu cadastro de clientes, a fim de minorar os riscos próprios da atividade bancária.

4.1 Longe de encerrar abusividade, tem-se por legítima, sob o aspecto institucional, a recusa da instituição financeira recorrida em manter o

contrato de conta-corrente, utilizado como insumo, no desenvolvimento da atividade empresarial, desenvolvida pela recorrente, de intermediação de compra e venda de moeda virtual, a qual não conta com nenhuma regulação do Conselho Monetário Nacional (em tese, porque não possuíam vinculação com os valores mobiliários, cuja disciplina é dada pela Lei n. 6.385/1976). De igual modo, sob o aspecto mercadológico, também se afigura lúdica a recusa em manter a contratação, se, conforme sustenta a própria insurgente, sua atividade empresarial se apresenta, no mercado financeiro, como concorrente direta e produz impacto no faturamento da instituição financeira recorrida. Desse modo, o proceder levado a efeito pela instituição financeira não configura exercício abusivo do direito.

5. Não se exclui, naturalmente, do crivo do Poder Judiciário a análise, casuística, de eventual desvirtuamento no encerramento do ajuste, como o inadimplemento dos deveres de informação e de transparência, ou a extinção de uma relação contratual longeva, do que, a toda evidência, não se cuida na hipótese ora vertente. Todavia, o propósito de obter o reconhecimento judicial da ilicitude, em tese, do encerramento do contrato, devidamente autorizado pelo órgão competente para tanto, evidencia, em si, a improcedência da pretensão posta.

6. Recurso especial improvido.

Partindo no princípio da necessidade da regulação, cumpre salientar que o homem necessita da segurança jurídica para se orientar, bem como proteção para garantir sua existência de maneira autônoma e responsável, por esse motivo, os elementos constitutivos do Estado de Direito são considerados os princípios da segurança jurídica e proteção à confiança (CANOTILHO, 2000).

Com a consolidação do entendimento da Comissão de Valores Mobiliários, no qual, trouxe a maior exposição referente ao tema e o primeiro posicionamento favorável a trazer benefícios garantindo uma maior previsibilidade e segurança jurídica, além de propiciar um avanço favorável ao desenvolvimento dos criptoativos, junto ao sistema financeiro nacional e órgãos normativos, embora não possua uma regulação específica, o posicionamento da CVM gerou uma integridade trazendo os princípios constitucionais e legais relevantes para uma futura norma regulamentadora.

CONCLUSÃO

Com o advento dos criptoativos, em sua natureza inovadora, trouxe diversas incompreensões e receios aos governos mundiais, em seu demasiado e exponencial crescimento de utilização, embora seja associado a práticas de atividades ilegais ou que beiram os limites da lei visto seu viés ideológico libertário, coagiu os governos a não mais ignorar esses ativos, passando a analisar suas inovações e possibilidades para desenvolvimento de novas tecnologias, tanto para a sociedade como para os sistemas financeiros e governamentais.

Com o presente estudo propôs conhecer com maior amplitude e profundidade os criptoativos, buscando analisar as discussões e abordagens, regulatórias que vem sendo implantada em relação a esses ativos, de forma global, tendo como principal análise o panorama legal que vem sendo utilizado pelo Brasil em sua regulação e tributação, bem como, as resoluções emitidas pelos órgãos governamentais. Diante ineditismo do tema, o desenvolvimento do presente trabalho, deliberadamente optou-se para um maior conhecimento, iniciar o desenvolvimento pela compreensão da tecnologia envolvida, com apresentação de sua estrutura funcional e utilização dos diversos ativos, para então partir-se para uma análise com enfoque jurídico.

A complexidade envolta ao mercado de criptoativos, juntamente com as suas características de multifuncionalidades como, reserva de valor, unidade de conta e associado a capacidade de troca, o fazendo ter características transacionais diretamente entre os usuários, demonstra sua estrutura e projeção com base no seu viés ideológico libertário, no entanto, embora possua os fundamentos na abolição de um intermediário, não se faz presente em grande maioria dos usuários essa característica, visto a utilização das Exchange como plataforma de transação.

Aprofundando-se nos aspectos jurídicos, abordou-se, as posições de países externos ao Brasil, com suas políticas permissivas ou proibitivas, demonstrando as dificuldades em que os governos possuem com a tipificação dos criptoativos, como ativos financeiros e qualificando seus agentes controladores e fiscalizadores. No Brasil, possibilitou verificar as dificuldades encontrados na câmara de deputados e senadores para legislar sobre o tema, diante dos projetos de leis apresentados, em sua grande maioria foram arquivados, no entanto, de forma extraordinária e recente, promulgou-se a resolução da Comissão de Valores Mobiliários, ponderando a

natureza dos ativos, em suas devidas utilidades, evidenciado a necessidade de um contínuo estudo, no qual deu início a um precedente para início de uma legislação, sendo compreendido como eventual regulamentador do mercado de criptoativos, de forma a não prejudicar direito adquirido com valor social da livre iniciativa.

Compreende-se que para uma devida tributação, é necessário incorrer nas circunstâncias que o precedem, a falta de regulação e um agente controlador definido, impossibilita a imposição taxativa de dever do Estado, deixando apenas que o cidadão tenha o dever de informar ao órgão competente os ativos em que estiver em posse, bem como, os devidos valores auferidos com as transações, sendo recaído a alíquota de 15% apenas sobre o valor que exceder o limite de isenção estabelecido.

Por todo o exposto, convicto de que o presente trabalho não pretendeu esgotar o tema, mas evidenciar aos operadores do direito, as possibilidades criadas com o surgimento advindas com o mercado de criptoativos, incentivando o leitor ao debate e reflexão sobre a sua tecnologia embarcada, no qual, proporciona avanços significativos para o mercado financeiro e instituições, juntamente trazendo facilidades para as sociedades, implicando para o mundo jurídico, cercear as mudanças e proteger o direito adquirido.

REFERÊNCIAS

ANTONONOPOULOS, A. M. **Mastering bitcoin**. Califórnia ed. O'Reilly Media, 2016.

BAROSSO FILHO, Milton; SZTAJN, Rachel. **Natureza Jurídica da Moeda e Desafios da Moeda Virtual**. Revista Justitia. São Paulo, 2015. Disponível em: https://es.mpsp.mp.br/revista_justitia/index.php/Justitia/article/view/81/0. Acesso em: 17 jul. 2022.

BURNISKE, C. TATAR, J. **Criptoativos O guia do investidor Inovador para Bitcoin e Além**. Rio de Janeiro ed. Alta Books, 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema Financeiro Nacional (SFN)**. 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/sfn> Acesso em: 10 set. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 15 jun. 2022.

BRASIL. **Comunicado nº 31.379, de 16 de novembro de 2017**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Comunicado&numero=31379> Acesso em: 5 jun.2022.

BRASIL. **Instrução Normativa RFB nº 1888 de 03 de maio de 2019**. Diário Oficial União. 07 de maio de 2019. Brasília. Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=100592> Acesso em: 5 jun. 2022.

BRASIL. **Resolução CVM nº 29, de 11 de maio de 2021**. Diário Oficial União. 12 de maio de 2021. Brasília. Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/resolucoes/resol029.html> Acesso em: 7 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964**. Diário Oficial União. 31 de dezembro de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4595.htm Acesso em: 7 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976**. Diário Oficial União. 09 de dezembro de 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6385.htm Acesso em: 20 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.411, de 26 de fevereiro de 2002**. Diário Oficial União. 27 de fevereiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10411.htm Acesso em: 7 jun. 2022.

BRASIL. **Parecer de orientação CVM nº 40 de 11 de outubro de 2022**. Diário Oficial União. 14 de outubro de 2022. Disponível em:

<https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/pareceres-orientacao/pare040.html>. Acesso em: 20 out. 2022.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. Coimbra: Almedina, 2000.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Sobre a CVM**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cvm/pt-br/aceso-a-informacao-cvm/institucional/sobre-a-cvm> Acesso em: 10 set. 2022.

JUDGMENT OF THE COURT. **Reference for a preliminary ruling — Common system of value added tax (VAT) — Directive 2006/112/EC — Articles 2(1)(c) and 135(1)(d) to (f) — Services for consideration — Transactions to exchange the ‘bitcoin’ virtual currency for traditional currencies — Exemption**. Outubro 2015. Disponível em: <https://curia.europa.eu/juris/liste.jsf?num=C-264/14>. Acesso em 10 set. 2022.

LAKATOS, E. M. MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARINHO, Maria Edelvacy Pinto; RIBEIRO, Gustavo Ferreira. **A reconstrução da jurisdição pelo espaço digital: redes sociais, blockchain e criptomoedas como propulsores da mudança**. Rev. Bras. de Políticas Públicas, v. 7, n. 03, 2017.

MISES, Ludwig von. **As seis lições**. São Paulo: LVM, 2018.

NAKAMOTO, S. **Bitcoin P2P e-cash paper**. 2008. Disponível em: <https://bitcoin.org/bitcoin.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2022.

OFFICE OF THE COMPTROLLER OF THE CURRENCY. **Joint Statement on Crypto-Asset Policy Sprint Initiative and Next Steps**. Novembro 2021. Disponível em: <https://www.occ.treas.gov/news-issuances/bulletins/2021/bulletin-2021-56.html> Acesso em: 05 set. 2022.

THE SUPREME PEOPLE'S COURT OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **Decisão do Supremo Tribunal Popular sobre Alteração da Interpretação do Supremo Tribunal Popular sobre Diversas Questões Relativas à Aplicação Específica da Lei no Julgamento de Processos Criminais de Levantamento Ilegal de Fundos**. Março 2022. Disponível em: <https://www.court.gov.cn/fabu-xiangqing-346901.html/> Acesso em: 05 set. 2022.

THE WHITE HOUSE. **Outlines First Whole-of-Government Strategy to Protect Consumers, Financial Stability, National Security, and Address Climate Risks**. Março 2022. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2022/03/09/fact-sheet-president-biden-to-sign-executive-order-on-ensuring-responsible-innovation-in-digital-assets/> Acesso em: 05 set. 2022.

ULRICH, Fernando. **Bitcoin: a moeda na era digital**. São Paulo ed. LVM Editora, 2017.